



PS
BRAGA

Comunicados de imprensa
Abril 2017

Quinta das Portas, em Maximinos

Ricardo Rio tentou um número de circo

Ricardo Rio tentou um número de circo

1. O Partido Socialista (PS) lamenta profundamente a falta de cultura democrática do presidente da CMB na sessão da Assembleia Municipal, ao acusar os socialistas quando estes não tinham possibilidade regimental de rebater os argumentos.

Assemelhando-se a um líder partidário, Ricardo Rio esqueceu a sua dignidade institucional ao aconselhar a demissão do presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Braga. No termo da Assembleia, da passada sexta-feira, Ricardo Rio, quando sabia que o PS não lhe podia responder, decidiu atacar Artur Feio, líder concelhio do PS, de forma cobarde.

2. Para que mostre ser capaz de ser frontal e dialogar, olhos nos olhos, Artur Feio em nome do PS lança aqui o desafio para um debate público, onde quiser, com Ricardo Rio para discutir todo este processo — sobre o qual não houve qualquer esclarecimento desde o dia em que a vistoria para a licença de funcionamento desta superfície foi chumbada pelos técnicos do município.

Para esse cobarde atrevimento serviu-se de meia verdade mas, neste acto precipitado, acabou por ser traído pelas suas próprias palavras, ao ler um email da DGAL onde esta confirmava a existência de uma queixa sobre as ilegalidades na construção e funcionamento de uma grande superfície comercial.

3. O e-mail da DGAL confirma a decisão — **mais que um parecer** — de enviar a queixa para a Inspeção Geral de Finanças (IGF) para esta averiguar a existência ou não de indícios criminais no processo de construção e licenciamento daquela grande superfície.

Acresce que se a denúncia enviada para o DCIAP (Departamento Central de Investigação e Acção Penal) não tivesse substância, não era enviada para a DGAL nem esta a enviaria para a Inspeção Geral de Finanças.

Ricardo Rio encontrou assim uma estratégia esfarrapada para fugir aos esclarecimentos que o PS tem solicitado sobre este processo. Por isso, o PS desafia o presidente da CMB para um debate público sobre este tema e outros projectos polémicos urbanísticos em Braga.

4. A prova de que os problemas no urbanismo continuam de uma forma avassaladora está o facto de ter sido intentado, por direito de acção popular, um procedimento cautelar de suspensão de eficácia do acto de licenciamento da edificação da nova superfície comercial na Rua 25 de Abril. Entende-se que, para já, enquanto se discute e decide o procedimento cautelar, a CMB está, pelo menos, impedida de emitir licença de utilização, uma vez que a licença de construção já foi emitida em Janeiro passado. Em casos similares, há quem defenda o embargo da obra, mas sobre isso deverá a CMB pronunciar-se.

Os actos (omissões) ficam com quem os pratica...